



# **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**

## **INSTRUÇÃO DO PERÍODO**

**Processo TC** 4720/989/18  
**Poder** LEGISLATIVO  
**Município** Buri  
**Entidade** CÂMARA MUNICIPAL DE BURI  
**Período** 06/2018  
**Relator** Dr. Robson Marinho  
**Unidade Fiscalizadora** UR-16 UNIDADE REGIONAL DE ITAPEVA  
**Responsável** GILMAR ROSA  
**Cargo** PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
**CPF** 261.568.718-29  
**Período de Gestão** 01/01/2017 a 31/12/2018

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

### **ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL**

## **1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE**

### **1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE**

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

## **2 - Assunto de Fiscalização: LRF**

### **2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período**

**Posição no exercício anterior**

<b>Órgão</b>	<b>RP Proces</b>	<b>RP Não Proces</b>

CÂMARA MUNICIPAL DE BURI	R\$ 0.00	R\$ 177.216,82
--------------------------	----------	----------------

#### **Movimentação no Exercício**

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE BURI	R\$ 0.00	R\$ 151.716,04	R\$ 155,78

#### **Posição atual**

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE BURI	R\$ 0.00	R\$ 25.345,00	R\$ 44.304,24

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

## **2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)**

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2018	R\$ 1.680.915,29	R\$ 61.680.527,13	2,7252%	2,7252%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 6/2018, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,7252%, sendo este o percentual a ser observado nos meses seguintes para fins de verificação do atendimento ao disposto no art.21, parágrafo único da LRF, devendo o Poder em questão ser alertado para conhecimento do mesmo.

## **2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)**

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 156.090,02
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 2.397,05
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 151.095,56
(=) Liquidez do Período	R\$ 2.597,41
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 1.104.073,60
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 1.080.215,40
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 0.00
(=) Liquidez Projetada	R\$ 26.455,61

O resultado de liquidez acima apresenta superávit, tanto no resultado atual do período, quanto no projetado para o exercício, revelando uma situação favorável frente ao adimplemento dos compromissos já assumidos, não se visualizando o comprometimento da execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício, não

necessitando, portanto, da expedição de alerta quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## 2.4 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 63,98%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 1.104.000,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 0,00
Despesas com folha de pagamento	R\$ 706.297,37
<b>Despesa com folha/Transferências realizadas</b>	<b>63,98%</b>
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

## 2.5 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita tributária ampliada (ano anterior - sem CIP)	R\$ 38.298.650,49
Receita tributária ampliada (ano anterior - com CIP)	R\$ 38.298.650,49
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 308.918,00
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
<b>Apuração do limite (sem CIP)</b>	<b>0,81%</b>
<b>Apuração do limite (com CIP)</b>	<b>0,81%</b>

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,81%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

## 2.6 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	19655
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (sem CIP)	R\$ 38.298.650,49
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (com CIP)	R\$ 38.298.650,49
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 2.680.905,53
Total de Despesas do exercício	R\$ 1.127.784,60
<b>Percentual Apurado (sem CIP)</b>	<b>2,94%</b>

<b>Percentual Apurado (com CIP)</b>
-------------------------------------

<b>2,94%</b>
--------------

(\*) Dados IBGE ano anterior ao da elaboração da proposta orçamentária, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 2,94%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.  
(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

## **3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP**

### **3.1 - ANALISE OCP**

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

**Data da Geração:** 06/09/2018

**Hora da Geração:** 21:59:37